



## ENTRE O PROGRESSO E A PRESERVAÇÃO: UM RETRATO DA DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO TERRITÓRIO DA ANTIGA VILA PASSO DOS ÍNDIOS.

**Gustavo Andre Glienke Feyh**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES

**Jaisson Teixeira Lino**

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

lino@uffs.edu.br

### 1. Introdução

Em sua etimologia, o termo “patrimônio” nos remete ao latim *patrimonium*, que possui seu significado original ligado diretamente aos bens que são transmitidos aos herdeiros pelo testamento, o que faz com que, no âmbito privado e individual, o termo tenha uma forte ligação com a visão de propriedade. No entanto, com o passar dos anos e o surgimento dos primeiros estados nação, no período posterior a Revolução Francesa, as sociedades que agora estavam organizadas em nações perceberam a necessidade de ampliar essa visão individual do patrimônio para o âmbito coletivo, buscando objetos, memórias e tradições que os unisse como membros dessa nação recém inventada. Segundo Funari e Pelegrini (2006) o estado nacional surgiu a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua, uma cultura, origem e território, sendo assim, a primeira tarefa do estado nação foi criar seus cidadãos.

Partindo disto, o patrimônio como um bem coletivo foi uma das ferramentas inventadas<sup>1</sup> e utilizadas para a criação desses cidadãos nessa nova visão de estado, afinal, devido a sua função identitária cultural, ele serviu como a argamassa que une os interesses de povos distintos a algo que até então não possuía esse caráter coletivo, ou se possuía, não o fazia de forma generalista.

No Brasil, a preservação do patrimônio cultural, inventada no mesmo contexto citado acima é (ou ao menos deveria ser) um tema de grande relevância, tendo em vista a

---

<sup>1</sup> Esta invenção do patrimônio como algo coletivo vai de encontro ao ocorrido e relatado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger no seu Livro “a invenção das tradições”, onde os autores versam sobre algumas tradições e suas origens, explanando como muitas delas são consideradas antigas ou atemporais, quando na verdade possuem origem recente.



diversidade cultural que o país possui. No entanto, seguindo o padrão europeu, em terras brasileiras, (de acordo com Pochmann, 2017), o “processo de desenvolvimento capitalista constituiu-se assentado direta e indiretamente na atuação do Estado, sobretudo pela natureza das formações sociais ambientadas na tradição autoritária e de transição tardia”. Sem um modelo feudal nos moldes europeus, a ascensão da colonialidade<sup>2</sup> nas terras brasileiras ocorreu quase um século após a Revolução Industrial, com a transição de uma sociedade agrário-escravista colonialista para uma sociedade "moderna", "libertária" e colonializada.

Nesse ponto, vale ressaltar que, segundo Grosfoquel (2010), chamar o atual sistema-mundo de capitalista é um equívoco, pois a utilização desse termo está diretamente ligada às questões econômicas, tornando o termo em questão apenas uma das múltiplas e entrelaçadas constelações da matriz de poder colonial do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu.

Apesar da existência de políticas de preservação do patrimônio cultural, no Brasil elas sempre foram marcadas por avanços significativos e desafios contínuos, afinal de contas, a trajetória da proteção desses bens culturais está diretamente ligada às transformações políticas, sociais e culturais do país e de seus cidadãos. Nesse sentido, ao discorrer sobre um histórico da preservação dos patrimônios culturais no país, Tomaz (2010) afirma que a preocupação com a preservação de bens culturais no Brasil tem suas raízes na revolução francesa, utilizando-se da conservação os bens culturais da mesma forma que os estados nacionalistas europeus.

Partindo destes pressupostos, pode-se dizer que as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil sofrem interferências dos interesses privados, onde a expansão colonial do capital entra em conflito com os interesses culturais. Tal fato pode ser percebido ao se analisar o relatado por Feyh e Lino (2025) na análise do caso de expansão da rede de lojas HAVAN na cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Na ocasião, os interesses de expansão da rede de lojas de departamentos entram em conflito com a preservação de bens culturais já estabelecidos, como o Museu da Família

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, o termo "colonialismo/colonialidade" baseia-se na definição de Quijano, apud. Grosfoquel (2010, pg. 56), colonialismo para se referir a "situações coloniais" impostas pela presença de uma administração colonial, enquanto o termo colonialidade diz respeito à "situações coloniais" da atualidade, ou seja, sem a presença de administrações coloniais.



Colonial e a Igreja Luterana do Espírito Santo.

Interessante ressaltar que, mesmo se tratando de bens tombados com ligação direta à colonização europeia na região, os interesses da expansão do capital se sobressaem. Sobre a destruição do patrimônio, Bastos (2007) afirma que são identificadas as três causas mais graves da destruição do patrimônio cultural no Brasil: são os danos causados pelo tempo (apesar de poderem ser minimizados com políticas de conservação preventiva), acometem todos a parte física da preservação do patrimônio; o desconhecimento da população (ou a ausência de reconhecimento com a cultura a ser preservada); e os interesses econômicos ligados a conservação e/ou destruição de determinados patrimônios.

## **2. Metodologia**

Partindo desta hegemonia do interesse do capital e colonialidade, agregado à expansão imobiliária urbana desenfreada, o presente trabalho se baseia em uma visão interdisciplinar entre a área de estudo da História e os estudos sobre Patrimônio Cultural. Partindo de uma metodologia de análise a fotografias, documentos e processos judiciais, busco entender como se dá a desocupação dos espaços urbanos a partir da destruição das edificações construídas entre as décadas de 1950<sup>3</sup> e 1990<sup>4</sup>, e como esses espaços foram/são reocupados a partir de um viés de expansão capitalista e de especulação imobiliária. Também realizo análises dos processos de tombamento do município, e os processos judiciais que envolvem destruição e/ou tentativas de destruição/alteração/ausência de conservação do patrimônio cultural, suas carências e pontos fracos, no recorte geográfico do território da antiga Vila Passo dos Índios.

## **3. Resultados e discussão**

Nesta perspectiva, busca-se no presente trabalho estabelecer a ligação entre a

---

<sup>3</sup> Período em que as edificações outrora construídas de madeira foram substituídas por construções em alvenaria.

<sup>4</sup> Período em que houve uma estabilização da ocupação dos lotes urbanos no recorte geográfico escolhido.



expansão imobiliária e os interesses do capital na destruição do patrimônio cultural no território da antiga Vila Passo dos Índios, além de entender como essas alterações na paisagem cultural influenciam na formação de uma memória coletiva dos cidadãos chapecoenses.

#### 4. Considerações finais

A discussão sobre o descaso e a destruição do patrimônio cultural no Brasil é algo que tem entrado em pauta em diversos debates, tanto no âmbito nacional, quanto no regional. Os defensores do patrimônio ressaltam a importância dele baseando seus argumentos na preservação da história material, nas relações culturais entre o patrimônio e o indivíduo e no quadro estético do espaço geográfico, enquanto, os que consideram o patrimônio cultural como algo desnecessário firmam seus argumentos na expansão capitalista e na necessidade de “evoluir”. Em meio a esses pontos de vista antagônicos esse estudo se faz necessário, sobretudo levando em conta que o tema está se inserindo naquilo que é chamado de história do tempo imediato, além da ausência de pesquisas e publicações acerca da temática de destruição do patrimônio através da lógica da colonialidade capitalista de expansão desenfreada e da especulação imobiliária.

#### Referências

BASTOS, Rossano Lopes. Preservação, Arqueologia e Representações Sociais: Uma proposta de Arqueologia Social Para o Brasil. Erechim: Habilis, 2007. 146 p. v. 1.

FEYH, A. G.; LINO, T. Desafio para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: a polêmica das Lojas Havan. **Cadernos NAUI**, [S. l.], v. 14, n. 26, p. 182–202, 2025. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui/article/view/7785>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 71 p.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Periferia, [S. l.], v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>. Acesso em: 29 abr. 2025. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). A Invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2012.



POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educ, mar. 2017.

TOMAZ, Paulo Cesar. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–12, 2010. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 22 ago. 2024.